

Curricularização da extensão universitária no Serviço Social na Unioeste: um resgate histórico crítico da política de educação no Brasil

Curricularization of university extension in Social Service at Unioeste: a critical historical review of education policy in Brazil

Andreia Agda Silva Honorato*
Thiago Aranha dos Santos**

Resumo: O artigo em tela, analisa a curricularização da extensão universitária no Serviço Social, situando-se em um contexto histórico-crítico da política de Educação no Brasil. O objetivo central é provocar reflexões críticas de como a extensão universitária tem se desenvolvido ao longo dos anos, visando compreender e socializar os desafios e as possibilidades da curricularização da extensão universitária no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campi de Francisco Beltrão, situada na região Sudoeste do Paraná. Elegeu-se a pesquisa documental e bibliográfica para subsidiar as análises que as subscrevem, cujo método de análise, privilegia e é subsidiada pelas categorias do materialismo histórico-dialético. Dentre as contribuições deste processo de curricularização no curso, destaca-se a possibilidade de não apenas incorporar a extensão, mas fazer revisão do projeto político pedagógico, incorporando e adensando o debate de raça e gênero.

Palavras-Chave: Educação; Universidade; Extensão Universitária; Curricularização; Serviço Social.

Abstract: The article at hand analyzes the curricularization of university extension in Social Work, placing itself in a historical-critical context of Education policy in Brazil. The central objective is to provoke critical reflections on how university extension has developed over the years, aiming to understand and socialize the challenges and possibilities of curricularization of university extension in the Social Service course at the Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus of Francisco Beltrão, located in the Southwest region of Paraná. Documentary and bibliographical research

*Doutora em Serviço Social pela PUC SP. Assistente Social. Professora Adjunta no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campi de Francisco Beltrão/PR. . E-mail: andreiah.agda@gmail.com

**Doutor e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Assistente Social. Professor Convidado da Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS. E-mail: thiagoaranhas@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

was chosen to support the analyzes that underlie them, whose analysis method privileges and is supported by the categories of historical-dialectical materialism. Among the contributions of this curricularization process in the course, the possibility of not only incorporating the extension, but also reviewing the political pedagogical project, incorporating and deepening the debate on race and gender stands out.

Keyword: Education; University; University Extension; Curriculum; Social service.

Recebido em: 24/09/2023. Aceito em: 02/02/2024

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um dos pilares da educação superior brasileira e tem se configurado como importante via de aproximação entre a academia e a sociedade. Neste contexto, o Serviço Social, com objetivo de cumprir sua natureza que é interventiva e investigativa, atuando na realidade e sobre a realidade frente as expressões da questão social, desempenha um papel crucial na articulação entre o conhecimento acadêmico e essas diversas expressões presentes que se manifestam, perversamente, como constitutivas do modo de produção capitalista.

Destaca-se que a extensão universitária é uma exigência intrínseca do ensino superior, mediada pelo compromisso da construção do conhecimento e do alcance dos objetivos da educação com a sociedade, ou seja, “processos que só se legitimam, adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo” (Severino, 2007, p.31).

Assim, a curricularização da extensão universitária, objeto nodal deste estudo, logo, as premissas da função social universitária, surge como uma proposta para incorporar essa dimensão social e comunitária na formação das/os assistentes sociais, fortalecendo a atuação profissional, concebendo a perspectiva da compreensão do ganho pedagógico sob a dimensão política a partir da inserção de estudantes na vida social e na partilha do saber frente a instauração de uma nova consciência social, interagindo com ela.

Observa-se que a extensão universitária tem desempenhado um papel fundamental na democratização do conhecimento e na construção de pontes entre a academia e a sociedade. No contexto do Serviço Social, essa dimensão adquire especial relevância, uma vez que a profissão tem como missão intervir nas expressões da questão social conforme já pontuado, promovendo a transformação da realidade por meio de ações pautadas na justiça social e na garantia dos direitos humanos.

Neste sentido, a curricularização da extensão universitária emerge como uma estratégia importante para potencializar a formação profissional das/os assistentes sociais e para fortalecer sua inserção na realidade social e cotidiana, levando ainda em consideração, a relação de classes que se estabelecem.

Percebe-se que ao longo da história da educação no Brasil, a extensão universitária passou por diferentes momentos e perspectivas. Inicialmente, durante o período colonial, a educação

estava voltada apenas para a elite, com a criação de instituições de ensino superior restritas às classes dominantes. Somente com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, foi criada a primeira universidade no país, a Universidade de São Paulo, abrindo um caminho para a expansão do ensino superior.

A Constituição de 1934, em sua redação original, estabeleceu o ensino superior gratuito e a liberdade de cátedra¹, princípios fundamentais para a democratização da educação no país. No entanto, a ditadura do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas, interrompeu o processo de expansão da educação e promoveu a repressão às manifestações estudantis e docentes.

Foi somente com a Constituição Federal de 1988, no período pós-ditadura militar (1964 a 1985), que a educação passou a ser considerada um direito social, sendo garantido o acesso gratuito e obrigatório ao ensino em todos os níveis. Nesse contexto, a extensão universitária ganhou destaque como uma forma de ampliar o diálogo entre a academia e a sociedade, promovendo o desenvolvimento regional e social.

No entanto, o cenário educacional brasileiro também enfrentou desafios e contradições ao longo dos anos. A mercantilização da educação, a crescente precarização das instituições públicas e a redução de investimentos têm representado obstáculos para a expansão e consolidação da extensão universitária no país. Isso impacta diretamente o Serviço Social, que lida cotidianamente com as consequências das desigualdades sociais e a falta de acesso a serviços básicos por parte da população mais vulnerável.

Diante desse contexto, a curricularização da extensão universitária no Serviço Social emerge como uma resposta às demandas da sociedade e do próprio campo profissional. Essa estratégia busca articular teoria e prática/realidade, formação acadêmica e intervenção social, possibilitando que as/os futuras/os assistentes sociais estejam preparadas/os para atuar de forma crítica, reflexiva e engajada nas questões que afligem a população.

Ao inserir a extensão no currículo do curso de Serviço Social, a formação profissional ganha uma dimensão mais abrangente, permitindo que estudantes tenham contato direto com a realidade social e com as demandas da comunidade. Isso possibilita a construção de saberes mais contextualizados e enraizados na prática, contribuindo para a produção de conhecimento relevante e comprometido com a transformação social.

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (ROCHA, 2007 apud SILVA, 2011, p.2).

Dessa forma, neste artigo, propomos um resgate histórico crítico da política de educação no Brasil, situando a curricularização da extensão universitária no Serviço Social em meio a essas transformações e desafios. Buscamos compreender como a extensão tem se desenvolvido ao longo dos anos, sua relação com a formação de assistentes sociais e como essa abordagem pode potencializar a atuação profissional na busca pela construção de uma sociedade mais justa,

¹ Trata-se da liberdade acadêmica enquanto princípio que assegura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o saber, cuja finalidade, remete-se a garantia do pluralismo de ideias e concepções no ensino e autonomia didático-científica.

igualitária e inclusiva, rompendo toda a forma de opressão, exploração, preconceito, discriminação e violação dos direitos humanos.

Por fim, apresentamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS como diretrizes para as propostas de extensão universitária e a realidade do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campi de Francisco Beltrão, localizada na região sudoeste do Paraná, que vislumbrou no processo de curricularização da extensão universitária, a possibilidade de revisão de seu Projeto Político Pedagógico, contemplando a curricularização, bem como, incorporando componentes curriculares fundamentais para a formação em Serviço Social, mesmo diante de dilemas e adversidades.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO CRÍTICO

A história da política de educação no Brasil remonta ao período colonial, quando a educação estava restrita a um pequeno grupo privilegiado da sociedade. As primeiras instituições de ensino superior, como a Universidade de São Paulo e a Universidade de Coimbra (Portugal), foram criadas com o intuito de formar uma elite letrada para exercer funções administrativas no governo colonial. Naquele contexto, o acesso à educação era negado à maioria da população, estando completamente atrelada a uma relação de classe na sociedade capitalista.

A natureza da educação [...] está vinculada ao destino do trabalho. [...] Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo a sociedade mais desigual de toda a história [...] se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque quotidianamente esses valores na mente das pessoas (MÉSZÁROS, 2008, p. 16-17).

Com a independência do Brasil em 1822, a educação passou a ser objeto de maior atenção por parte do governo imperial. A criação das faculdades de Direito e de Medicina no Rio de Janeiro e, em outras capitais, por exemplo, demonstrou o interesse em formar profissionais para atender as necessidades do Estado e da sociedade. No entanto, esse ensino superior ainda se mantinha elitista e distante das demandas populares.

Com a Proclamação da República em 1889, a questão da educação ganhou novos contornos. Inicialmente, foi promulgada a Lei de Responsabilidade do Ensino, que tornou obrigatória a educação primária. No entanto, a oferta de vagas era insuficiente para atender à crescente demanda da população. Ao longo do período republicano, foram implementadas diversas reformas educacionais, mas ainda persistia a falta de acesso de muitos brasileiros à educação.

A chegada da ditadura militar em 1964 trouxe profundas mudanças para a política de educação no Brasil. O regime reprimiu movimentos estudantis e docentes que lutavam por uma educação mais democrática e inclusiva. Universidades foram invadidas, professores foram perseguidos e demitidos, e a autonomia universitária foi ameaçada. O ensino superior foi rigidamente controlado, e muitos cursos foram fechados ou tiveram seus currículos alterados para se adequarem à ideologia do regime autocrático burguês.

Com o processo de redemocratização do país (1985), a Constituição de 1988 marcou um importante avanço na política de educação. Em seu artigo 205, estabeleceu o ensino como um direito social, garantindo o acesso à educação em todos os níveis de ensino.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal do Brasil, 1988, art. 205).

A partir da década de 2000, o Brasil experimentou um significativo crescimento no número de universidades e vagas no ensino superior, impulsionado por programas governamentais como o Programa Universidade para Todos - ProUni e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Essas iniciativas contribuíram para o acesso de negra/os, indígenas e LGBTQs, no ensino superior.

No entanto, apesar dos avanços, a política de educação no Brasil ainda enfrenta diversos desafios. A mercantilização do ensino, a redução de investimentos na educação pública, a ausência ou insuficiência de efetivação da política de permanência estudantil e a falta de políticas efetivas de valorização dos docentes são alguns dos problemas que impactam a qualidade e a equidade do ensino no país.

A extensão universitária tem sido uma importante ferramenta para a promoção da democratização do conhecimento e a articulação entre a academia e a sociedade. Ao longo dos diferentes períodos da história brasileira, a extensão tem se adaptado e se desenvolvido, refletindo as transformações políticas e sociais. Desde sua concepção mais elitista até sua atual configuração como uma prática voltada para o desenvolvimento regional e social, a extensão universitária tem desempenhado um papel relevante na construção de uma universidade mais engajada com as demandas da comunidade e com a formação de profissionais comprometidos com a transformação social.

Neste contexto, a curricularização da extensão no Serviço Social ganha destaque como uma estratégia para integrar a dimensão social e comunitária na formação das/os assistentes sociais, fortalecendo sua atuação profissional e contribuindo para a construção de outra sociabilidade. A compreensão do resgate histórico crítico da política de educação no Brasil é fundamental para situar essa abordagem e entender sua importância na formação dos profissionais do Serviço Social.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO SERVIÇO SOCIAL

A extensão universitária no Brasil tem suas raízes nas primeiras instituições de ensino superior criadas no país, no século XIX. Inicialmente, a extensão tinha uma abordagem mais elitista e se limitava a atividades culturais e assistenciais voltadas para as elites. No entanto, com o passar do tempo, essa concepção foi se modificando, especialmente a partir do Movimento da Reforma Universitária de 1968, que trouxe novos princípios e valores para a extensão.

A partir dos anos 1970, com a retomada da democracia, a extensão universitária se consolidou como uma importante estratégia para a promoção do diálogo entre a universidade e a sociedade. As universidades começaram a desenvolver projetos de extensão voltados para a resolução de problemas sociais, o desenvolvimento de comunidades e a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, o Serviço Social, com sua preocupação central na questão social, passou a se engajar ativamente na extensão universitária.

Conforme já salientado, para o Serviço Social, a extensão universitária representa uma via privilegiada para a inserção e intervenção profissional na realidade social. Ela permite que a/o assistente social amplie sua atuação para além das demandas estritamente acadêmicas, aproximando-se das necessidades e demandas da comunidade. Ao participar de projetos de extensão, estudantes de Serviço Social adquirem a oportunidade de vivenciar a prática profissional

de forma concreta e contextualizada, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, vivenciando a materialidade da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a extensão universitária no Serviço Social proporciona a construção de um conhecimento mais crítico e comprometido com a realidade social. O contato direto com as situações vivenciadas pelas comunidades possibilita a identificação de problemas, o reconhecimento das desigualdades e a reflexão sobre as estratégias de intervenção mais adequadas. Para auxiliar nesse processo, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS elabora e publiciza no ano de 2023, o documento sobre “Curricularização da extensão e Serviço Social”, apresentando “[...] uma concepção de extensão como popular, comunicativa e orientada para processos de uma educação emancipatória”, cujos pontos nodais, destacamos:

- Que se balize pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida à autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles respeitando seus interesses;
- Que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional;
- Que referencie práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira. Ou seja, uma prática extensionista que seja efetivamente comunicação com a realidade social, diálogo que garante a autonomia nos processos (ABEPSS, 2021, p. 22-23).

Os projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do Serviço Social abrangem uma diversidade de temáticas e objetivos. Podem envolver ações de assessoria técnica, atendimento à população, capacitação de profissionais, diagnósticos participativos, entre outras atividades. Os projetos podem ser realizados em parceria com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outras instituições.

Dessa forma, é importante ressaltar que os projetos de extensão no Serviço Social não se restringem a ações pontuais ou assistencialistas. Pelo contrário, eles devem estar pautados em uma perspectiva de transformação social, buscando promover a autonomia das comunidades e o fortalecimento de suas capacidades.

A participação em projetos de extensão é um elemento enriquecedor para a formação da/o assistente social. A vivência prática proporcionada pela extensão complementa os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, permitindo uma formação mais completa e integrada, concatenada com o movimento da realidade social.

A extensão universitária também estimula o desenvolvimento de habilidades como trabalho em equipe, liderança, capacidade de comunicação e empatia, fundamentais para o exercício da profissão. Além disso, o contato direto com a realidade social possibilita a desconstrução de preconceitos e estereótipos, contribuindo para a construção de uma visão mais crítica e sensível sobre as múltiplas e facetadas expressões da questão social.

Apesar dos benefícios e relevância da extensão universitária no Serviço Social, ainda existem desafios a serem enfrentados. A falta de recursos financeiros e de apoio institucional, a burocracia, as condições de vida objetivas de estudantes trabalhadoras/es e a precariedade das condições de trabalho podem dificultar a implementação e continuidade dos projetos de extensão.

Além disso, é fundamental que a extensão seja pensada e desenvolvida de forma integrada com o ensino e a pesquisa, fortalecendo o tripé indissociável que caracteriza a universidade. A

promoção da interdisciplinaridade e da articulação entre diferentes áreas do conhecimento é essencial para uma extensão universitária efetiva e transformadora.

Em um cenário marcado por constantes mudanças sociais e políticas, a extensão universitária no Serviço Social deve se manter em constante diálogo com as demandas da sociedade, buscando se reinventar e se adaptar para enfrentar os novos desafios que surgem. Certamente, ainda há muito a ser feito para consolidar a extensão como uma prática fundamental para a formação de assistentes sociais e para a transformação da realidade social do país.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO SERVIÇO SOCIAL

A curricularização da extensão universitária consiste em integrar as atividades de extensão ao currículo dos cursos de graduação, de modo a torná-las parte obrigatória da formação das/os acadêmicas/os. Essa abordagem busca superar a visão de que a extensão é uma atividade complementar ou extracurricular, assim, busca valorizar sua importância como um componente essencial para a formação profissional.

A curricularização se fundamenta na ideia de que a extensão universitária é uma forma de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pelas diretrizes da educação superior no Brasil. A integração dessas três dimensões permite que estudantes desenvolvam uma formação mais abrangente e enraizada na realidade social, qual, conforme pontua Severino (2007) “isso não se dá apenas pela mediação do conceito, em que pese a imprescindibilidade do saber teórico sobre a dinâmica do processo e das relações políticas [...] uma nova consciência social”.

A curricularização da extensão universitária no Brasil tem recebido incentivo e apoio de diversas políticas nacionais e diretrizes educacionais. O Plano Nacional de Educação - PNE, por exemplo, estabelece metas para a expansão e fortalecimento da extensão universitária, visando ao aprofundamento da relação entre universidade e sociedade. O PNE também reconhece a curricularização como uma estratégia para a integração dessa tríade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para o curso de Serviço Social, em sua última atualização (2018), também reforçam a importância da extensão universitária na formação da/o assistente social. As DCN destacam que a extensão deve estar articulada com o ensino e a pesquisa, promovendo a interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes saberes na direção da construção do conhecimento a ser disponibilizado aos fins que as subscrevem.

No âmbito do Serviço Social, a curricularização da extensão ganha especial relevância, considerando a natureza crítica e interventiva da profissão. A inserção de estudantes em projetos de extensão possibilita a aproximação com a realidade social e com as demandas da população atendida pelo Serviço Social, não se tratando, de fato, de assumir um lócus de Instituto de pesquisa ou mesmo de Assistência Social, pois não assume a centralidade do caráter precípua desses, mas atua no sentido de construir e partilhar conhecimentos construídos a partir da realidade, logo, sobre ela.

Isso permite, sobretudo, que futuras/os assistentes sociais adquiram uma visão ampla e contextualizada, identificando de forma mais cristalina e crítica as bases contraditórias e históricas presentes na cotidianidade dos sujeitos sociais, logo, preparando-os para uma intervenção mais efetiva e comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

Outro ponto a pensar é que a curricularização da extensão no Serviço Social, além de contribuir para essa construção de um conhecimento mais crítico e engajado, possibilita que o

contato direto com as práticas sociais, aconteçam de modo pensado e refletido sobre as estratégias de intervenção, a compreensão das dinâmicas das desigualdades e a identificação das potencialidades das comunidades atendidas, ou seja, na direção da organização política da classe que vive do trabalho. Essa abordagem também fortalece o compromisso ético-político da/o assistente social, incentivando a atuação em prol da cidadania e da emancipação das classes subalternas.

A curricularização da extensão universitária no Serviço Social apresenta diversas potencialidades. Primeiramente, ao integrar a extensão ao currículo, a formação da/o assistente social se torna mais completa e integrada, preparando-as de modo mais abrangente para apreender uma atuação interdisciplinar e sensível às demandas sociais.

Outra potencialidade é o fortalecimento da relação entre universidade e comunidade. Com a curricularização, os projetos de extensão ganham maior continuidade e consistência, favorecendo a construção de vínculos mais sólidos entre estudantes, docentes e as comunidades atendidas. Isso possibilita que a universidade se torne um espaço de referência e apoio para o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das populações, uma universidade de portas abertas e que se realiza para além dos muros institucionais.

No entanto, a curricularização da extensão também enfrenta desafios. Ainda há resistências em algumas instituições de ensino para integrar a extensão ao currículo, principalmente devido à falta de recursos financeiros e de infraestrutura adequada. Além disso, a formação docente e a qualificação dos projetos de extensão exigem investimentos e apoio institucional.

Outro desafio é garantir que a curricularização seja efetivamente compreendida e implementada de forma coerente com os princípios da extensão universitária. É essencial que ela não se limite a atividades burocráticas ou meramente técnicas, mas que seja pensada como uma prática comprometida com a transformação social que aqui endossamos, ou seja, com o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Os impactos da curricularização da extensão no Serviço Social vão além da formação das/os estudantes. Essa abordagem também pode promover maior articulação entre a universidade e o campo profissional, favorecendo a troca de conhecimentos e experiências entre estudantes de Serviço Social e profissionais que já atuam na área.

Além disso, a curricularização pode contribuir para o fortalecimento e reconhecimento do Serviço Social como profissão de caráter interventivo e transformador. Ao inserir a extensão no currículo, a formação das/os assistentes sociais passa a ser mais alinhada com as necessidades da sociedade e com as demandas das comunidades atendidas, conferindo uma maior legitimidade e relevância social à profissão.

Diversas instituições de ensino já têm implementado práticas de curricularização da extensão no Serviço Social. Esses projetos variam desde atendimentos e acompanhamentos sociais a grupos comunitários, até pesquisas participativas junto a movimentos sociais, passando por atividades de educação popular, capacitação de lideranças comunitárias e produção de materiais informativos e educativos para a população. Alguns exemplos de projetos de curricularização da extensão no Serviço Social incluem:

- Núcleos de prática profissional em Assistência Social, onde estudantes atuam em parceria com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para oferecer serviços à população.

- Programas de educação popular em comunidades, com o objetivo de promover um processo de conscientização e mobilização social em torno de temas relevantes para a comunidade.
- Pesquisas participativas junto a movimentos sociais e organizações da sociedade civil, buscando conhecer suas demandas e necessidades e produzir conhecimento relevante para a prática do Serviço Social.
- Projetos de capacitação e formação de lideranças comunitárias, com o objetivo de fortalecer a participação e o protagonismo das comunidades na construção de políticas públicas e na defesa de seus direitos.

Considerando que a curricularização também enfrenta desafios, que vão desde a falta de recursos financeiros até a necessidade de uma compreensão mais ampla e engajada da extensão universitária, torna-se fundamental que as instituições de ensino e os profissionais do Serviço Social se mobilizem para superar esses obstáculos e fortalecer a prática da curricularização, reconhecendo seu potencial transformador para a formação das/os futuros assistentes sociais e para a promoção da justiça social, cujo caminho é pela via da defesa intransigente dos direitos humanos.

A IMPORTÂNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL, A SOCIEDADE E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme já visto, a curricularização da extensão no Serviço Social é nodal para a obtenção do estreitamento de laços entre a academia e a sociedade. Visto também que, ao integrar as atividades de extensão ao currículo dos cursos, estudantes têm a oportunidade de vivenciar a realidade social de forma concreta e contextualizada, aplicando os conhecimentos teóricos em situações reais, o que pode reduzir limites e promover possibilidades de aproximação mais significativa com as demandas e necessidades em que a população vivencia, mas nem sempre de forma consciente, pois há de se considerar o projeto de desmonte de acesso aos direitos, versus, todo o empenho sistemático da ordem burguesa em conservar a alienação coletiva qual se perpetua como *modus operandi* na forma passiva em que os sujeitos acatam as justificativas moralizantes do não acesso.

A extensão universitária, nesse sentido, torna-se um canal privilegiado para o diálogo entre a universidade e a comunidade. Através de projetos de extensão, o Serviço Social pode contribuir com o desenvolvimento local, a melhoria das condições de vida das pessoas e o fortalecimento das ações de cidadania. Essa aproximação também permite que a universidade se torne um espaço de referência e apoio para as comunidades, fornecendo conhecimento e expertise técnica para a resolução de problemas sociais, sobretudo, como mecanismo de posições contra hegemônicas na sociedade de classes.

Ao vivenciar a prática em projetos de extensão, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre os desafios e dilemas enfrentados na atuação profissional. Isso proporciona uma formação mais sólida, fundamentada na realidade social e nas necessidades das populações atendidas.

A extensão universitária também estimula o desenvolvimento de habilidades essenciais para a atuação da/o assistente social, principalmente, a compreensão da dimensão profissional, da indissociabilidade entre as competências teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas.

Ainda nesse contexto cabe-nos afirmar que os “ODS” referem-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e que reúne um conjunto de 17 metas globais estabelecidas pelas Nações Unidas em 2015 como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Esses objetivos foram criados para abordar uma série de desafios globais, incluindo pobreza, fome, igualdade de gênero, saúde, educação, água limpa, saneamento, energia limpa, justiça social, entre outros.

Assim, a extensão curricular é uma abordagem educacional que se estende além do currículo tradicional para abordar uma variedade de tópicos e habilidades importantes para uma formação acadêmica integral e consubstanciada, potente. A incorporação dos ODS na extensão curricular tem várias categorias que consideramos importantes citar, conforme é possível observar a seguir:

1. **Conscientização Global:** Ao ensinar sobre os ODS na extensão curricular, as/os acadêmicas/os têm a oportunidade de se tornarem cidadãos globais conscientes dos desafios enfrentados pelo mundo e da importância da ação coletiva para enfrentá-los.
2. **Engajamento Cívico:** A aprendizagem sobre os ODS incentiva as/os acadêmicas/os a se envolverem em atividades e projetos que visam melhorar a sociedade e o meio ambiente. Isso ajuda a desenvolver um senso de responsabilidade cívica e a compreensão de seu papel na construção de um mundo melhor.
3. **Habilidades Interdisciplinares:** Os ODS abrangem uma ampla gama de áreas, desde saúde e educação até igualdade de gênero e energia limpa. Incorporar esses objetivos na extensão curricular permite que acadêmicas/os explorem tópicos interdisciplinares, o que promove a capacidade de fazer conexões entre diferentes campos de conhecimento.
4. **Pensamento Crítico:** Os ODS muitas vezes envolvem problemas complexos e multifacetados que exigem análise crítica e resolução de problemas. Ao trabalhar com esses objetivos, as/os acadêmicas desenvolvem habilidades de pensamento crítico, aprendendo a abordar questões com perspectivas diversas.
5. **Desenvolvimento de Habilidades Sociais:** Muitos ODS estão relacionados ao trabalho em equipe, liderança e comunicação eficaz. Através da extensão curricular focada nos ODS, as/os acadêmicas/os têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades sociais, trabalhando em colaboração com seus colegas em projetos relevantes.
6. **Preparação para o Futuro:** Ações sustentáveis e responsáveis serão cada vez mais importantes no futuro, à medida que a sociedade enfrenta desafios ambientais, sociais e econômicos. A incorporação dos ODS na educação prepara acadêmicas/os para enfrentarem esses desafios e contribuir para um futuro mais sustentável.

Em síntese, a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na extensão curricular oferece as/aos acadêmicas/os uma educação mais abrangente, preparando-as/os não apenas para carreiras de sucesso, mas também para se tornarem cidadãs e cidadãos informadas, comprometidas e conscientes dos desafios globais. Isso contribui para a construção de um mundo mais justo, equitativo e sustentável.

Contudo, destacamos que não são meros elementos para subsidiar o debate acerca da curricularização da extensão universitária, mas pautas urgentes para a agenda do dia, pois os riscos que perpassam a sobrevivência da humanidade nos convocam a pensar e a intervir nesta realidade, não abstrata, mas concreta, degradada pelas negativas interferências do homem à natureza, impactando nas condições sustentáveis do planeta, ou seja, da preservação humana que

há centenas de anos vem sofrendo com interferências do capital, da ganância de uma pequena parcela burguesa que não se intimida frente a destruição em nome de interesses privados.

Em linhas gerais, as pesquisas revelam e é notório, o quanto tem sido fatal as formas de adoecimentos e mortes em decorrência da negligência do Estado, dos interesses da burguesia, concomitantemente, da desmobilização da maior parcela da população em se contrapor a uma lógica de reprodução, população essa desassistida e ora cooptada pelas artimanhas do capitalismo permeada por uma fábula arquitetada e gestada por um sistema que mascara que, na realidade, os meios de sustentabilidade estão em pleno risco que circula desde a desnutrição, fome, insegurança alimentar até o nível de consciência frente as questões climáticas degradadas.

Diante de questões tão complexas e contraditórias, onde se localiza a função social das universidades frente a uma educação que indique caminhos e concretudes para que outra sociedade e sociabilidade seja efetivamente possível e sustentável? Um outro mundo é possível?

Muitas questões se imbricam nessas reflexões, nos convocando a provocar sobre a responsabilidade social das universidades e de uma nova consciência coletiva para todos os sujeitos que não tem acesso nem mesmo aos diálogos em curso.

Os ODS precisam ser o mote dessa trincheira, mediados por ações concretas que materializem a função social da universidade da qual discorreremos ao longo deste trabalho. A curricularização exige e fortalece a inserção da extensão no processo formativo, mas essa não pode ser reduzida a um protocolo, exigência curricular ou mesmo condição para que docentes alimentem seus currículos lattes ou acessem gratificações, é preciso que se assume com compromisso e responsabilidade as ações e os resultados atinentes, na perspectiva da qualidade da formação e da transformação social.

A extensão como mediação sistematizada de retorno dos benefícios do conhecimento à sociedade exige da comunidade acadêmica universitária imaginação e competências com vistas à elaboração de projetos como canais efetivos para este retorno. Chega a ser um escárnio e, no fundo, uma tremenda injustiça, a omissão da instituição universitária em dar um mínimo que seja de retorno social ao investimento que a sociedade faz nela (SEVERINO, 2007, p. 35).

Portanto, cabe esse compromisso, discernimento e responsabilidade com a realidade social por parte da comunidade acadêmica, prevalecendo o reconhecimento das mazelas e necessidades concretas, criando e recriando formas de superá-las, pois assim, poderemos em um futuro não muito distante, ver sujeitos políticos coletivos conscientes e engajados na contraposição de pensamentos e ideários reacionários presentes, protagonizados por políticos que não somente discursam como intervêm na destruição do bem comum em nome de seus interesses individuais, que desconsideram o dever e a resposta da natureza que, agredida, já responde com riscos climáticos.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E UM NOVO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO AO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIOESTE, CAMPI DE FRANCISCO BELTRÃO NO PARANÁ

O Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campi de Francisco Beltrão foi implantado no ano de 2015 com sua primeira turma e, em dezembro de 2023, tendo 4 turmas formadas, pois seriam 5 turmas se não fossem as intercorrências de

calendário acadêmico em decorrência de suspensão de aulas e atrasos na retomada das aulas por motivo da pandemia do novo Coronavírus, classificada pela Organização Mundial da Saúde – OMS como Covid 19, uma história conhecida e vivenciada por todos aqueles que viveram os dilemas não somente da crise sanitária como política, ideológica, econômica e social ao longo dos anos de 2020 e 2021, no Brasil, sem ampliar a discussão dos impactos mundial afetados pela mesma.

Trata-se de um curso de Serviço Social que surge sem a existência de docentes efetivos da área, mas por profissionais de outro curso, sendo este da Economia Doméstica que, diante do encerramento do curso na instituição, contou com docentes dessa outra área do conhecimento para sua criação, logo, inclusão destes docentes para ministrar a graduação em Serviço Social e, em alguns momentos, na coordenação do curso, contrariando as diretrizes curriculares e as normativas das entidades representativas, construídas coletivamente por assistentes sociais em todo o Brasil, mas este, também é um debate compartilhado em outras produções.

Este enunciado é para situar leitoras e leitores que somente no ano de 2022, a partir de um concurso público realizado no ano de 2018, foram nomeados e entraram em exercício, os 4 primeiros docentes, assistentes sociais no curso e desafios latentes permeiam essa recente trajetória, entretanto, combatente, pois, deparando-se com um cenário com ausência de pesquisa e extensão, um curso concentrado apenas no ensino, contando com esforços, mas limitações regimentais de docentes contratados por Processos Seletivos Simplificados – PSS.

Os desafios presentes perpassam desde o enfrentamento de equívocos sobre a profissão, insipiente compreensão e investimento formativo centrado nos fundamentos do Serviço Social à realização de pesquisas e de extensão, ferindo sua função social universitária, bem como, no fortalecimento do curso que, realiza-se a oferta somente para o período matutino e enfrenta ainda uma escalada de evasão e desistências, trancamentos de matrículas. Deste modo, em meio ao debate do cumprimento da incorporação da extensão nos currículos, ou seja, da produção e da difusão do conhecimento, mediados pela capacidade de estabelecer diálogos sólidos entre os aparatos de desenvolvimento científico e tecnológico e os agentes do meio externo enquanto determinantes, conforme pontuado por Bucci (2018).

Considerando a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, mas também, atentos a conjuntura do país e ao contexto do curso, docentes da área do Serviço Social ousou a reformular o Projeto Político Pedagógico - PPP do curso e não apenas introduzindo a extensão no currículo, assim, incorporando componentes curriculares fundamentais para formação, cujo debate privilegia as questões étnico raciais, de gênero e sexualidade, de políticas públicas até então ausentes, tais como a de Saúde e de Assistência Social, movimentos sociais, defesa da proteção e dos direitos da criança, do adolescente, juventude e do envelhecimento, entre outros.

O novo projeto (reformulado) foi construído por muitas mãos, docentes e discentes, passando pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, pelo colegiado, por docentes que compõe o curso e discentes que puderam opinar, indicar ausências, lacunas e, portanto, avanços. Passou também por comitês, conselho de centro, do campus e por câmeras de ensino, sendo aprovada com unanimidade e entrando em vigor a partir de agosto de 2023, dentre as mudanças, iniciando a primeira turma deste novo currículo, no período noturno.

Neste sentido, referenciando o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social – bacharelado, do campi de Francisco Beltrão, aprovado sob a resolução Nº 010/2023 – Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, de 28 de fevereiro de 2023, pode-se afirmar que a curricularização

da extensão abrange uma carga horária total de 309 horas, sendo 260 horas incorporadas em disciplinas denominadas de formação diferenciada e 49 horas para ações em programas, projetos, cursos, eventos e outros. Ou seja, a curricularização da extensão corresponde a 10% da carga horária total do curso que é de 3089 horas.

Em relação a inserção em disciplinas que compõem a Matriz Curricular, as atividades de extensão tornaram-se constitutivas dos planos de ensino, formando um conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejado e organizado de maneira sistemática, com carga horária definida em cada disciplina, conforme previsto no PPP e com processo de avaliação específico e obrigatório, nas quais as/os estudantes são protagonistas na organização e execução da ação, acompanhada e avaliada pela/o docente da disciplina, conforme preconizado no documento oficial.

Destaca-se também, conforme consta no documento, que as atividades de extensão podem ser propostas individualmente por docentes de disciplinas ou pelo conjunto delas, isto é, sendo realizadas pelos componentes curriculares definidos, mas também por aqueles cuja extensão não fora curricularizada.

A curricularização da extensão do curso de Serviço Social da UNIOESTE, campi Francisco Beltrão, está organizada e distribuída conforme apresentada na íntegra a seguir e, as indicações de como as horas serão aplicadas apontam um devir, pois no tempo presente, primeiro semestre de 2024, está sendo executada a primeira experiência da extensão nos moldes da curricularização junto às/aos estudantes do primeiro ano do curso.

- 01 disciplina, a saber: “Núcleo Temático 3: Infâncias, Juventudes e Envelhecimento”, das 68 horas de carga horário total do componente curricular serão computadas 16 horas de extensão.
- 02 disciplinas, a saber: “Universidade e Sociedade” e “Educação Popular e Extensão Universitária”, das 68 horas de carga horária total de cada componente curricular serão computadas 38 horas de atividades de cada um para a Curricularização da Extensão, totalizando 76 horas de extensão.
- 06 disciplinas, a saber: “Antropologia”, “Psicologia Social”, “Direito e Legislação Social”, “Ética e Serviço Social II”, “Questão Étnico-Racial e Serviço Social”, “Gênero, Diversidade Sexual e Serviço Social”, das 68 horas de carga horária total de cada componente curricular serão computadas 10 horas de atividades de cada um para a Curricularização da Extensão, totalizando 60 horas de extensão.
- 06 disciplinas, a saber: “Formação Sociohistórica do Brasil e América Latina”, cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, da Unioeste.
- “Leitura e Redação Científica”, “Questão Agrária, Ruralidades e Desenvolvimento Regional”, “Classes Sociais e Movimentos Sociais”, “Gestão Social e Análise de Políticas Públicas” e “Fundamentos e Financiamento das Políticas Públicas”, das 68 horas de carga horária total de cada componente curricular serão computadas 18 horas de atividades de cada um para a Curricularização da Extensão, totalizando 108 horas de extensão.
- Programas, projetos, cursos e eventos que envolvam docentes, discentes e comunidade acadêmica a serem aprovados pelo Colegiado de Curso, com o cômputo de 49 horas de atividades para a Curricularização da Extensão.

As ações de extensão universitária propostas para o curso visam otimizar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade, de forma a estimular a troca de saberes, facilitando e melhorando a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da sociedade de forma a preservar, também, o conhecimento por esta produzido (Projeto Político Pedagógico, anexo Resolução 010/2023-CEPE, de 28 de fevereiro de 2023).

Contudo, tem-se um “novo” PPP em curso e a curricularização da extensão, por sua vez, nos moldes de seus pressupostos, contemplada, entretanto, desafios não desconhecidos permanecessem.

É preciso vontade política, isto é, investimentos suficientes para a execução dos projetos, ampliação de bolsas para a inserção de acadêmicas/os nas extensões, decência política de permanência estudantil e nomeação de docentes efetivos da área serão fundamentais para que o papel/projeto ganhe vida e alcance a sociedade como possibilidade transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão universitária no Serviço Social emerge como uma abordagem fundamental para a formação de assistentes sociais, fortalecendo sua atuação profissional e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Ao integrar a extensão ao currículo dos cursos, estudantes têm a oportunidade de vivenciar a realidade social de forma concreta e contextualizada, aplicando os conhecimentos teóricos em situações reais.

Essa aproximação entre academia e sociedade é de extrema importância para estreitar os laços entre a universidade e a comunidade, promovendo o diálogo e a troca de saberes. A extensão universitária se torna um canal privilegiado para a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a identidade profissional das/os assistentes sociais e estimulando o desenvolvimento de competências essenciais para a prática profissional.

A curricularização da extensão também representa uma estratégia poderosa para a promoção da transformação social. Através de projetos de extensão, o Serviço Social pode contribuir para a melhoria das condições sociais, o empoderamento das comunidades e a promoção dos direitos humanos. Os estudantes aprendem a identificar e enfrentar as desigualdades sociais, a violência, a exclusão e outras manifestações da questão social.

Nesse sentido, a curricularização da extensão não se limita apenas à formação das/os estudantes, mas contribui para a construção de uma universidade engajada e comprometida com a sociedade. Ela se torna um espaço de referência e apoio para as comunidades, fornecendo conhecimento e expertise técnica para a resolução de problemas sociais.

Para o Serviço Social, a curricularização da extensão universitária é uma abordagem que responde aos desafios contemporâneos enfrentados pela educação e pela profissão. Essa estratégia fortalece a relação entre academia e sociedade, promove uma formação profissional mais contextualizada e crítica, contribuindo certamente, para a transformação social, assim como, no fortalecimento da identidade profissional da/o assistente social na direção de seu Projeto Ético Político Profissional.

Ao inserir a extensão no currículo dos cursos, a formação das/os assistentes sociais ganha uma dimensão mais abrangente e enraizada na realidade social, permitindo uma atuação mais efetiva e comprometida com as demandas da população. Aproximar acadêmicas/os à realidade social, por meio de projetos de extensão possibilita uma formação mais sólida e fundamentada,

preparando-os assim, para o enfrentamento de desafios e dilemas engendrados historicamente na profissão e, no tempo presente, marcados por severos retrocessos e ataques.

A curricularização da extensão também fortalece a universidade como agente transformador da sociedade, não de forma messiânica, de um diletantismo, caracterizado como salvadores da pátria, mas como um locus que, ao dar conta de uma formação integral ao universitário, estará investindo numa nova consciência social. Ao reconhecer a importância da relação entre academia e comunidade, a universidade se torna um espaço de referência e apoio para as comunidades, contribuindo para a promoção do desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida das pessoas, devolvendo a ela o que lhe é investido.

Portanto, é fundamental que as instituições de ensino e as/os profissionais do Serviço Social se engajem na promoção e fortalecimento da curricularização da extensão, reconhecendo sua importância para a formação de futuras assistentes sociais, sobretudo, para a transformação social do país. Este é um caminho que fortalece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Que a esperança do verbo esperar, iluminada por Paulo Freire, venha conosco neste caminho, que se materialize em ações concretas, respeitando o saber popular e construindo sonhos que não são sonhados só, mas sempre em comunhão.

REFERÊNCIAS

BERTOLLO, Kathiúça. **Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social.** Além dos Muros da Universidade, vol 6. Ouro Preto: UFOP, 2021.

BOSCHETTI, V. Plano Atcon e comissão Meira Mattos: **construção do ideário da universidade do pós-64.** Campinas: Revista HISTEDBR On-line, n.27, 2007, p. 221-229. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/system/files/acervo-livre/cg0128/videocg0128004.p df>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 1.920, de julho de 1953.** Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências, 1953.

BRASIL. **Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira,** de 5 de outubro de 1988.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade.** São Paulo, setembro de 2007.

CARIAGA, Maria Helena; BURGINSKI, Vanda Micheli. **Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Praia vermelha, v.29, n.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação profissional.** Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP, 2019

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2 a ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1998.

Resolução nº 15. **Diretrizes Curriculares**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. Brasil, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do campi de Francisco Beltrão**: Resolução No 10/2023 – CEPE, de 28 de fevereiro de 2023. Disponível em: <http://midas.unioeste.br/sgav/arqVrtConteudo/download!arqCNTCodigo=9537>. Acesso em 03 de jul. de 2022.